



## Projeto de Resolução n.º 1921/XIII/4<sup>a</sup>

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que  
"Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das  
entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos  
europeus e dos programas de captação de investimento"

(Publicado no Diário da República, I série, N.º 230, de 29 de novembro de  
2018)

No âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 78/XIII/4.<sup>a</sup>, 87/XIII/4.<sup>a</sup> e 97/XIII/4.<sup>a</sup>,  
relativas ao Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de  
transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio  
dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de  
investimento", os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes"  
apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 169.º da Constituição  
da República Portuguesa e dos artigos 192.º a 194.º do Regimento da Assembleia da  
República, resolve determinar a Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º  
102/2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de  
competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos  
projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de  
investimento".

Assembleia da República, 04 de janeiro de 2019

Os deputados

José Luís Ferreira

Heloísa Apolónia